

COMISSÃO DE AMBIENTE, ENERGIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

XIV Legislatura – 1.ª Sessão Legislativa

ATA NÚMERO DEZOITO

Aos treze dias do mês de maio de dois mil e vinte, pelas dez horas e trinta minutos, na sala de reuniões número três do Palácio de S. Bento reuniu a Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território (CAEOT), na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1.ª Parte

Audições

- Audição do **Presidente da Câmara de Valongo** sobre a situação ambiental do aterro do Sobrado
- Audição do **Presidente da Câmara da Azambuja** relativamente à situação ambiental do aterro da Azambuja

2.ª Parte

- **Ponto prévio:** Central Nuclear de Almaraz

1. Aprovação da Ata n.º 17

2. Projetos de Resolução

Apreciação

Projeto de Resolução 261/XIV/1 (BE) - *Recomenda o controle rigoroso dos aterros e medidas tendentes à garantia da redução drástica de resíduos canalizados para aterro em Portugal*

Projeto de Resolução 288/XIV/1 (PAN) - *Recomenda ao Governo a redução da deposição de resíduos em aterro e o encerramento de todos os aterros que não cumpram os requisitos de exploração*

Projeto de Resolução 305/XIV/1 (PEV) - *Privilegiar a política dos 3 «R» em detrimento das soluções de fim de linha*

Projeto de Resolução 319/XIV/1 (PCP) - *Reforço da Informação, Inspeção e Monitorização das Atividades de Gestão de Resíduos e condicionamento da deposição de resíduos em aterro*

3. Requerimento do Grupo Parlamentar do CDS-PP para solicitação ao Governo o contrato de concessão (e respetivos anexos), celebrado entre o Estado Português e a ANA – Aeroportos de Portugal

4. Outros assuntos.

- **Presenças:**

José Maria Cardoso (BE); Paulo Leitão (PSD); Alexandre Quintanilha (PS); Ana Passos (PS); Hugo Pires (PS); Joana Bento (PS); Joana Lima (PS); José Manuel Carpinteira (PS); Ricardo Pinheiro (PS); Bruno Coimbra (PSD); Hugo Patrício Oliveira (PSD); João Moura (PSD); Luís Leite Ramos (PSD); Nuno Miguel Carvalho (PSD); Rui Cristina (PSD); Nelson Peralta (BE); Alma Rivera (PCP); Assunção Cristas (CDS/PP); Mariana Silva (PEV); Joacine Katar Moreira (Ninsc)

- **Suplentes:**

Ana Maria Silva (PS); Fernando Paulo Ferreira (PS); João Miguel Nicolau (PS); Maria da Luz Rosinha (PS); Emílio Guerreiro (PSD); Filipa Roseta (PSD); João Gomes Marques (PSD); Jorge Costa (BE); Maria Manuel Rola (BE)

Esta reunião foi integralmente gravada e os respetivos registos encontram-se disponíveis para consulta na ar@net em http://media.parlamento.pt/site/XIVLEG/SL1/COM/11_CAEOT/CAEOT_20200513_1_VC.mp3 dando-se o seu conteúdo aqui por reproduzido, e fazendo parte integrante da presente Ata.

1.ª Parte

Audição do Presidente da Câmara de Valongo sobre o aterro do Sobrado (videoconferência)

O **Presidente da Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território**, Senhor **Deputado José Maria Cardoso**, cumprimentou o Senhor Presidente da Câmara de Valongo, **José Manuel Ribeiro**, participante nesta reunião via Skype, após o que enquadrou o âmbito do convite e respetiva distribuição de tempos da reunião.

Teve lugar a apresentação dos requerimentos que motivaram a audição, sendo concedida, por esta ordem, a palavra aos Senhores **Deputado Paulo Leitão** (PSD), **Deputada Maria Manuel Rola** (BE) e **Deputada Diana Ferreira** (PCP).

Seguiu-se a intervenção inicial do Senhor **Presidente da Câmara de Valongo, José Manuel Ribeiro**, que começou por enquadrar a problemática relativa aos Centros Integrados de Valorização de Resíduos que, em Sobrado, acabaram por se tornar centros de resíduos tóxicos. Referiu que, aquando do aparecimento, em 2006, da Recivalongo, foram apresentados, em 2007, pedidos de licença para central de resíduos de construção e, posteriormente, para aterro de resíduos não perigosos, referentes a centros de valorização. Enunciou os diversos problemas que representa um aterro no centro da vila, muito próximo de uma escola.

Na ronda de intervenções, coube a palavra da Senhora **Deputada Joana Bento** (PS), **Deputado Paulo Leitão** (PSD), **Deputada Maria Manuel Rola** (BE), **Deputada Diana Ferreira** (PCP) e Deputado **João Gonçalves Pereira** (CDS/PP), tendo este último interveniente sugerido a audição da empresa Recivalongo em data anterior à vinda a esta Comissão do Ministro do Ambiente e das Alterações Climáticas.

Em resposta à proposta do CDS/PP, o Senhor **Deputado Bruno Coimbra** (PSD) fez referência ao procedimento que tinha sido definido na última reunião de Comissão, relativo à audição por escrito as entidades na impossibilidade de realização dessas audições antes de 20 de maio, tendo intervindo também a esse propósito a Senhora Deputada **Diana Ferreira** (PCP), que observou que devem ser mantidas as audições presenciais requeridas, nomeadamente das empresas, e o Senhor **Presidente da Comissão**, que esclareceu que tinham sido requeridos depoimentos por escrito mas que tal não significa que não venham a ser ouvidas numa próxima oportunidade.

Dando continuidade à ronda de intervenções, coube a palavra às Senhoras **Deputada Mariana Silva** (PEV) e **Deputada Joacine Katar Moreira** (Ninsc).

Na sua intervenção final, o Senhor **Presidente da Câmara de Valongo, José Manuel Ribeiro**, colocou o problema do encerramento de um aterro incorretamente licenciado. Mencionou dificuldades sentidas na aplicação do regime jurídico vigente que, apesar de consistente no que se refere a resíduos perigosos e a resíduos domésticos, no que se refere a resíduos indiferenciados carece de aperfeiçoamento. Sublinhou a importância da rastreabilidade destes resíduos. Concluiu informando que irá remeter à Comissão uma comunicação detalhada expondo minuciosamente a situação processual do aterro. O Presidente da Comissão agradeceu a participação e esclarecimentos prestados.

Audição do Presidente da Câmara da Azambuja relativamente à situação do aterro da Azambuja

Após uma breve pausa, o **Presidente da Comissão**, Senhor **Deputado José Maria Cardoso**, reabriu os trabalhos, transmitindo, em nome da Comissão, os cumprimentos aos oradores convidados – Senhores **Presidente da Câmara da Azambuja, Luís Manuel Abreu de Sousa** e **Vereador Silvino José da Silva Lúcio**.

Apresentou o requerimento do Senhor **Deputado Nelson Peralta** (BE), seguindo-se a exposição inicial do Senhor **Presidente da Câmara da Azambuja, Luís Manuel Abreu de Sousa**. Sobre a tipologia de resíduos rececionados no aterro e amianto,

manifestou desconhecer se APA e IGAMAOT têm feito inspeções ao aterro. Manifestou conhecimento que a empresa pretende abrir uma segunda célula, num processo em que tem havido algum desacordo com o município, estando mesmo em curso processos judiciais da empresa contra a autarquia.

Intervieram os Senhores **Deputado João Miguel Nicolau (PS)**, **Filipa Roseta (PSD)**, **Nelson Peralta (BE)**, **Alma Rivera (BE)** e **Mariana Silva (PEV)**.

Sequencialmente, o Senhor **Presidente da Câmara da Azambuja, Luís Manuel Abreu de Sousa** respondeu ao conjunto das questões colocadas pelos Senhores Deputados, começando por fazer referência às queixas ambientais da população, nomeadamente cheiros nauseabundos e empestamento de gaivotas, que a empresa tentou colmatar através de uma cobertura vegetal que pudesse obstar aos problemas referidos. Relativamente ao despacho de interesse público municipal para a instalação, que, em 2013, com a alteração legislativa, deixou de ser relevante, explicou que tinha sido emitido na expectativa de outro tipo de instalação (como a existente em Leiria) mas que tal não foi o que se veio a verificar. Confirmou o recebimento de reclamações que a autarquia reencaminha de imediato para as entidades competentes – APA, IGAMAOT, CCCDR – e a grande preocupação que tem sido as queixas sobre depósito de amianto, sobre a qual se aguarda resultado da inspeção da IGAMAOT. Deu nota dos esforços que têm sido desenvolvidos pela Câmara Municipal para tentar resolver o problema, nomeadamente reunindo com a Secretária de Estado do Ambiente. Concluiu a intervenção assinalando que está em curso a revisão do PDM e que agora a situação poderá efetivamente vir a ser regularizada. Agradecendo a deslocação e os esclarecimentos apresentados, o Presidente da Comissão encerrou a audição.

Na segunda parte da reunião, o Senhor **Deputado Bruno Coimbra (PSD)** pediu a palavra para esclarecer que a distribuição ao GP PSD da Petição n.º 54/XIV/1.ª – *Pela preservação do ambiente, património e a saúde e qualidade de vida em Covas do Barroso* será de manter, referindo os trabalhos já encetados pelo relator designado, **Deputado Luis Leite Ramos**.

Usou depois a palavra o Senhor **Presidente da Comissão, Deputado José Maria Cardoso**, a propósito da autorização do Conselho de Segurança Nuclear de Espanha para prorrogação até 2028 da **Central Nuclear de Almaraz**, propondo que seja colocado este tema como ponto autónomo na audição prevista para dia 20 de maio. Relativamente à necessidade de acompanhamento da central, colocou a consideração o estabelecimento de uma posição comum da Comissão, que permitisse à Comissão manter-se informada dos desenvolvimentos futuros sobre este tema. Lançou desafio aos restantes membros da Comissão para sugerir outras iniciativas comuns a desenvolver.

O Senhor **Deputado Ricardo Pinheiro** (PS) respondeu em primeiro lugar, elogiando a iniciativa e considerando que o Tejo, bacia de arrefecimento dessa grande central, merece toda a atenção por parte desta Comissão. Concordou que o assunto pudesse ser apresentado diretamente ao Ministro do Ambiente. Deu nota que existe sintonia da Junta da Extremadura com as preocupações portuguesas, tanto mais que Espanha se encontra vinculada ao cumprimento das metas de descarbonização para as quais poderia contribuir fortemente o encerramento da Central.

O Senhor **Deputado Bruno Coimbra** (PSD) manifestou preocupação com este tema, que o GP PSD tem veiculado, tendo aliás, aquando da construção do depósito de resíduos nucleares (ATI), alertado para a probabilidade de se estar a preparar o prolongamento de uma central antiga, que evidencia algumas carências de segurança, com componentes deteriorados pelo envelhecimento. Tendo presente o histórico do Ministério do Ambiente nesta matéria, o PSD apresentou já esta semana perguntas escritas ao Governo, que aguarda, e que não prejudica em nada a interpelação ao Ministro sobre este assunto. São a favor de acompanhamento na perspetiva de acesso a documentação integral em tempo real, mas não pretendem substituir-se ao governo na relação bilateral com Espanha. Concordou que fosse incluído um ponto inicial de +5 min sobre esse tema na audição regimental, lembrando, contudo, que numa audição desse tipo, qualquer GP é livre de colocar as questões que entender.

O Senhor **Deputado Nelson Peralta** (BE) felicitou o Presidente por ter trazido este tema à reunião. Trata-se de uma central desatualizada, com riscos de segurança e que de acordo com o plano inicial já deveria estar encerrada. Considera que só o lucro das empresas acionistas justifica a sua continuidade. Manifestou preocupação com as declarações do Ministro do Ambiente e concordou que o Parlamento deve estar envolvido, não nas negociações bilaterais, mas através do acesso a toda a informação.

A Senhora **Deputada Alma Rivera** (PCP) saudou a discussão neste fórum da questão que traz ao seu GP muitas razões de preocupação, sobretudo porque as garantias que de que Portugal dispõe nesta matéria geram apreensão. Atendendo que a Assembleia deve exercer competências de fiscalização e monitorização da ação governativa, colocou a possibilidade de ser requerido ao Governo a prestação de informação sobre a matéria, através do envio de documentação sobre o assunto em data anterior à realização da audição.

A Senhora **Deputada Mariana Silva** (PEV) lembrou que PEV fez inúmeros pedidos sobre este assunto na legislatura anterior e que os relatórios que têm vindo a público deixam preocupação. Informou que, na sequência da notícia veiculada sobre o possível prolongamento da vida da central, o GP PEV procedeu à colocação de uma pergunta ao Governo. Equacionou a possibilidade de realização de uma nova ronda de audições com especialistas, sugerindo realizar primeiramente a audição de dia 20 de maio para depois se ponderar outro tipo de intervenção.

A Senhora **Deputada Joacine Katar Moreira** (NInsc) subscreveu todas estas inquietações transmitidas pelos intervenientes anteriores, mostra-se mesmo necessário ouvir o Ministro do Ambiente. Sendo expectável que não venha a obter

uma resposta fundamentada e conclusiva na regimental, propôs uma audição específica para este tema. Sugeriu ainda contacto com Comissão de Ambiente de Espanha para partilha de elementos e informações e a elaboração de um projeto de resolução em que esta Comissão incentivaria o Ministro do Ambiente a encetar diálogo com o seu homólogo.

O Senhor **Presidente da Comissão** agradeceu os contributos de todos para explorar o espaço de intervenção conjunta nesta matéria, a nível da ação de fiscalização do Governo, nomeadamente através do acompanhamento da informação.

Foi consensualizado um plano de ação da Comissão sobre a matéria, que passará por, numa primeira fase, abrir um espaço de tempo específico na audição regimental e para questões específicas sobre o tema ponto de situação sobre Almaraz, com o objetivo de trazer o tema para a agenda política nacional. Futuramente, em função do que vierem a ser as declarações do membro do Governo na regimental, a Comissão deverá desenvolver outras iniciativas

Foi ainda consensualizado apresentar um pedido ao Governo, em nome da Comissão, para que sejam prestadas informações e documentação relevante relativamente à autorização do Conselho de Segurança Nuclear de Espanha ao prolongamento do funcionamento, até outubro de 2028, da central nuclear de Almaraz, em Espanha.

Prosseguindo a ordem do dia, o Senhor **Presidente da Comissão** submeteu a apreciação e votação a **Ata n.º 17**, que com a alteração sugerida pelo Senhor **Deputado Bruno Coimbra** (PSD), foi aprovada por unanimidade.

Foi requerido, pelo Senhor **Deputado Ricardo Pinheiro** (PS), o adiamento potestativo da apreciação dos [Projeto de Resolução 261/XIV/1 \(BE\)](#) - *Recomenda o controle rigoroso dos aterros e medidas tendentes à garantia da redução drástica de resíduos canalizados para aterro em Portugal* [Projeto de Resolução 288/XIV/1 \(PAN\)](#) - *Recomenda ao Governo a redução da deposição de resíduos em aterro e o encerramento de todos os aterros que não cumpram os requisitos de exploração* [Projeto de Resolução 305/XIV/1 \(PEV\)](#) - *Privilegiar a política dos 3 «R» em detrimento das soluções de fim de linha* [Projeto de Resolução 319/XIV/1 \(PCP\)](#) - *Reforço da Informação, Inspeção e Monitorização das Atividades de Gestão de Resíduos e condicionamento da deposição de resíduos em aterro.*

O Senhor **Presidente da Comissão** informou que o **GP CDS/PP retirou o requerimento** para solicitação ao Governo o contrato de concessão (e respetivos anexos), celebrado entre o Estado Português e a ANA – Aeroportos de Portugal, atendendo a que o mesmo foi submetido à 6.ª Comissão.

Tendo sido aceite, por unanimidade, a inclusão na ordem de trabalhos de um Requerimento para audição, com caráter de urgência, da ERSE sobre Windfall Profits – COVID 19, o mesmo foi apresentado pelo Senhor **Deputado Jorge Costa** (BE). Intervieram os Senhores **Deputados Ricardo Pinheiro** (PS), **Deputado Bruno**

Coimbra (PSD), **Deputada Alma Rivera** (PCP). Submetido a votação, requerimento foi aprovado por unanimidade.

Na rubrica "**Outros Assuntos**", por iniciativa do Senhor **Deputado Nelson Peralta** (BE) foi deliberado solicitar a entrega das atas das reuniões da Comissão de Acompanhamento Aterro de Valongo.

Submeteu a apreciação e votação a ata da última reunião, com as alterações propostas, que foi aprovada por unanimidade

Foi dada nota de um **pedido de audiência sobre Serra da Argemela**, tendo sido deliberada a sua concessão pelo grupo de trabalho de audiências.

Por último, foi dada nota da ordem do dia dos próximos trabalhos da Comissão, ficando agendada a próxima reunião para dia 19 de maio, pelas 11H00, por vídeo conferência.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelas 14 horas e 10 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

O Presidente da Comissão,



(José Maria Cardoso)

IG